

O início da imprensa periódica marca presença em Portugal durante o século XVII, seguindo os passos de outros países europeus, como França. De facto na Europa, de uma forma geral, o crescimento da burguesia, em consequência da estabilização económica e do desenvolvimento da indústria, criou bases para o incentivo à educação. Tornara-se cada vez mais frequente a circulação de livros e jornais que davam às pessoas motivos acrescidos para se alfabetizarem (Sousa et al, 2010, p.7).

Para a realidade portuguesa, existem diferentes visões relativamente à primeira publicação periódica. Segundo alguns autores (Sousa et al, 2010, p.9) o primeiro prenúncio foi a publicação ocasional intitulada *Relação Universal do que Succedeu em Portugal e mais Provincias do Ocidente e Oriente, desde o mês de Março de [1]625 até todo o Setembro de [1]626* de Manuel Severim de Faria, relativas além das datas anteriormente referidas, também ao ano de 1628. No entanto, a publicação carece de periodicidade e continuidade e/ou encadeamento, não devendo marcar o início do periodismo da imprensa portuguesa (Tengarrinha, 1989, p.35).

Segundo a opinião de José Tengarrinha, o primeiro material jornalístico, publicado em território nacional, foi a *Gazeta da Restauração* (inspirada na *La Gazette* francesa de 1631), publicada em 1641 até 1647, em virtude da necessidade de propagandear a Restauração da Independência. No entanto, foram implantados um conjunto de constrangimentos, como um sistema de censura e de licenças de impressão, que estagnaram o desenvolvimento do jornalismo português.

O período entre 1647 e 1663 foi marcado pela ausência da publicação de periódicos em Portugal, sendo apenas publicadas folhas volantes que divulgavam notícias sobre a guerra entre Portugal e Espanha, para que o estado de independência fosse mantido. É com este objetivo que surge a segunda publicação estável designada de *Mercúrio Português*, publicada entre 1663 e 1667.

Durante o período final do século XVII e inícios do século XVIII não surgiram novas publicações periódicas estáveis em Portugal, em virtude da atuação do Absolutismo régio e da Igreja católica que cerceavam a sociedade. Portugal começava desta forma a atrasar-se do desenvolvimento científico e cultural, bem como do plano jornalístico dos restantes países da Europa (Sousa et al., 2010, p.13).

No entanto, em 1715, o surgimento da *Gazeta de Lisboa* (periódico oficioso, que publicava

notícias sobre o governo, o país e o estrangeiro) restabelece o periodismo português. Além deste tipo de formato de publicações, o século XVIII ficou caracterizado ainda pelo aparecimento de mercúrios, que se definem como livros noticiosos, que reúnem extensas listas de notícias soltas, podendo ou não possuir a característica do periodismo (Sousa et al., 2010, p.14).

Desta forma, José Tengarrinha afirma que no final do século XVIII e inícios do século seguinte, a imprensa periódica portuguesa era já bastante diversificada, pois incluía jornais noticiosos, jornais de divulgação de cultura, entretenimento, literários, históricos, científicos, entre outros (1989, p.46 e 52). Todavia importa referir que no século XVIII o controlo sobre a imprensa era mais acentuado, baseado essencialmente na censura, nas licenças prévias e nas leis repressivas contra os críticos, possuindo um agravamento com a formação da Real Mesa Censória (1768), já durante o período pombalino (Sousa et al., 2010, p.15).

O início do século XIX, marcado pelas características, a nível social, político e cultural do Absolutismo é também assinalado pelas Invasões Francesas. Apesar de até à data a imprensa periódica ser bastante diversificada, a de carácter noticioso, político existia ainda em baixo número. No entanto, a partir de 1808, o jornalismo português entrou numa fase na qual a política seria dos principais temas noticiados (Tengarrinha, 1989, p.60). Durante as Invasões foram publicados vários periódicos, essencialmente em Lisboa, Coimbra e Porto cujo objetivo fundamental seria a defesa das posições nacionais. Predominavam, assim, os jornais estritamente noticiosos, anteriormente mencionados, que descreviam a situação da guerra peninsular e publicavam comentários contra os invasores. É ainda afirmado que muitos destes periódicos possuíam também cariz satírico, pois assumiam que ao apontar o ridículo dos franceses poderia constituir uma das armas mais eficazes contra eles (Tengarrinha, 1989, p.63).

A expulsão definitiva dos franceses de Portugal, com auxílio da Inglaterra e o apaziguamento da Europa não foram motivos suficientes para a introdução dos ideais liberais em Portugal. Desta maneira, foram reforçados os dispositivos de censura e por causa disto entre 1810 e 1820 o número de periódicos surgidos é relativamente baixo, sendo que os que surgiram seguiam as características do jornalismo erudito, salientando as artes e letras, podendo variar com o jornalismo noticioso. Sobre este período é ainda importante salientar que as técnicas jornalísticas eram ainda pouco desenvolvidas, uma vez que os autores publicavam artigos baseados em boatos e rumores, sem confirmar a informação em fontes fidedignas.

A crise económica, provocada pela perda do monopólio do comércio do Brasil e a reação contra a administração política por parte dos ingleses em Portugal, desencadeou a Revolução Liberal de 1820. O governo Constitucional formado após a revolução de 1820, exigiram o regresso do Rei D. João VI a Portugal, que se sucedeu no ano seguinte. No mesmo ano foi aprovado o primeiro meio legislativo defensor da liberdade de imprensa. Com o triunfo liberal estavam então criadas as bases para o aparecimento de um grande número de jornais na sua maioria de características político-partidárias (Sousa et al, 2010, p.14).

O período em questão é caracterizado pela grande instabilidade política vivida no país por causa da defesa de ideais políticos opostos, baseados, por um lado, no Liberalismo e por outro, no Absolutismo. Em 1823, através do golpe absolutista dirigido por D. Miguel, através da Vilafrancada, foi restabelecida a censura e o regime de licenças para a formação dos jornais. Até 1826, apenas foram publicados periódicos nos quais eram explícitas as características políticas do miguelismo, apesar do início de publicações jornalísticas clandestinas, por parte de liberais exilados, que tinham por objetivo relembrar os ideais da causa liberal.

Com a morte de D. João VI, D. Pedro foi promulgado rei e outorgou uma nova constituição para Portugal, acabando com o governo absolutista de D. Miguel, seu irmão. A Carta Constitucional de 1826 assegurava teoricamente a liberdade de imprensa, no entanto, na prática a censura não chegou a ser extinta. No mesmo ano surge uma nova tipologia de jornalismo- o jornalismo popular- com o seu primeiro periódico de sucesso designado de *Periódico dos Pobres* (jornal essencialmente noticioso, escrito em linguagem simples, que apesar de mostrar uma certa neutralidade política, mostrava alguns sinais de defesa da Carta Constitucional), deixando de parte a ideia de que os jornais eram um meio restrito a burguesia.

Passados dois anos, com o regresso de D. Miguel a Portugal e após ter traído o seu irmão, é promulgado novamente rei, defendendo o absolutismo e o antiliberalismo. Devido às constantes perseguições feitas aos liberais, bem como ao período de instabilidade criado, iniciou-se uma Guerra Civil que marcou o período de 1828 a 1834, aquando da derrota definitiva dos absolutistas. No que respeita à imprensa, em 1834 é promulgada a Lei de Imprensa que criou condições para o surgimento de jornais políticos apoiantes de diferentes noções e também jornais críticos face a cada uma delas. Em 1836 dá-se a Revolução de Setembro e com isto, restabeleceu-se a Constituição de 1822, que serve de base ao

surgimento dos novos periódicos.

A vitória dos liberais não significou o fim da instabilidade política e militar no país. Em 1842 estabeleceu-se o Cartismo e a consequente perseguição aos jornalistas e aos jornais.

Desta maneira, até 1847 viveu-se um período de grande instabilidade marcado por conflitos e golpes constantes que resultaram no desenvolvimento de outra guerra civil, conhecida como Guerra da Patuleia (1846-1847). Em 1851, na sequência de um novo golpe militar, é estabelecido um novo período de acalmia, caracterizado pelo rotativismo na governação designado como Regeneração. São criadas novas condições para o desenvolvimento da imprensa. Nesta época, apesar da importância da imprensa opinativa e combativa, a imprensa neutral e de baixo custo constituía uma fonte fulcral de negócio. Desta forma, começaram a existir investimentos de origem privada que tiveram como consequência o reaparecimento dos jornais populares noticiosos, que possuíam linguagem acessível, não seguindo qualquer ideal político, nem público-alvo específico.

O século XIX é ainda marcado por publicações especializadas como jornais médicos, científicos, culturais, feministas, desportivos entre outros. Assiste-se, ainda, ao surgimento da publicação de um grande número de jornais regionais e locais que desenvolviam publicações de cariz político e noticioso. Apesar da variedade de publicações existentes, a partir da fase final do século XIX até à Queda da Monarquia, a liberdade de imprensa sofreu novas restrições.

A instauração da República permitiu a recuperação da liberdade de imprensa portuguesa e, apesar da instabilidade política e militar, existiu um aumento de periódicos. As primeiras décadas do século XX ficaram marcadas pela I Guerra Mundial e, apesar da ausência de um envolvimento direto de Portugal, grande parte da atenção da imprensa portuguesa foi dedicada à guerra que tinha como palco principal a Europa.

A década de 20, caracteriza-se pelo final da Ditadura de Sidónio Pais (iniciada em 1917) e pelo início da Ditadura Militar (1926) que levou ao surgimento do Estado Novo, em 1933. A Constituição adotada assegurava em teoria a liberdade de imprensa e de expressão que seria regulada por leis específicas. Desta maneira é possível afirmar que censura de imprensa continuou tal como em regimes políticos anteriores.

Em 1945 a restrição da liberdade de imprensa foi agravada pelo julgamento em tribunal dos

crimes de abuso da mesma. Além disto, o regime ditatorial da época apenas inseria publicidade em jornais que o apoiavam, como forma de propaganda e por consequência os jornais da oposição acabaram por se extinguir. Apesar da Censura ter amenizado com a Primavera Marcelista, de forma generalizada, o jornalismo durante o Estado Novo foi dificultado, não só pelas leis repressivas relativas à censura, mas pela suspensão de publicações por determinado tempo, a apreensão de exemplares e até a prisão de jornalistas.

O fim do Estado, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, definiu uma nova fase da imprensa portuguesa. Em contraste com o regime anterior, a liberdade de expressão é a marca principal desta fase política que resultou na alteração dos conteúdos noticiosos. Devida à abundância de acontecimentos, essencialmente políticos, noticiáveis gerou um ritmo inédito da informação.

O acesso à liberdade transformou-se na radicalização das lutas sociais, laborais e políticas. Gera-se, assim, um clima de conflitualidade, agravado com a formação de organizações partidárias extremistas, essencialmente de esquerda. Nesta época, o jornalismo era visto pelas organizações militares, laborais e partidárias como um meio de marketing dos seus ideais.

A partir de 1976, com a formação do primeiro governo baseado na Constituição (formada pela Assembleia Constituinte criada em 1975, através das primeiras eleições livres, o ambiente político e social amenizou-se, refletindo-se na imprensa periódica portuguesa que, do objeto de propaganda e marketing de ideias políticas, passou a reportar os acontecimentos mais relevantes do quotidiano, fazendo assim regressar o periodismo de carácter noticioso, características que usufrui atualmente.